



Adolfo de Oliveira

## Adolfo quer a extinção dos partidos

O líder do PL, deputado Adolfo Oliveira (RJ) está confiante em que sua emenda, que propõe a extinção dos atuais partidos políticos, com registro obtido até a data da instalação da Constituinte, será aprovada.

Oliveira disse que está recebendo crescente número de adesões, inclusive de importantes figuras da Constituinte e do Congresso, cujos nomes não pode revelar, exatamente para não lhes criar problemas dentro de suas atuais agremiações.

Para Oliveira, é imperiosa a necessidade de reorganização dos quadros partidários, cujo desmoronamento, a seu ver, é impressionante. Cita, como prova, a proliferação de grupos extra ou suprapartidários, "que negam e anulam quaisquer vínculos de solidariedade e estatutos e programas das agremiações extintas de fato. Assim, no seu entender, outro não seria o significado do *Centrão*, do Grupo dos 32, do MUP, do *Consenso*, do *Centrinho*, dos *Históricos*, do *Centro Democrático*.

Na opinião de Oliveira, é inútil prever uma restauração plena da democracia com os antigos partidos da ditadura, minados por divisões irreversíveis, em estado terminal.

## Ex-ministro garante os quatro anos

O ex-ministro do Interior e deputado Joaquim Francisco, do PFL de Pernambuco, o único da bancada pefelista daquele estado que não assinou a emenda que assegura os cinco de mandato para o presidente José Sarney, afirmou, ontem, que os candidatos à Presidência da República já podem começar a aquecer os motores, "porque eleições para Presidente em 88 são favas contadas e só aqueles que estão compartilhando das benesses do Governo não querem reconhecer isso".

— Defendo como melhor alternativa para o atual quadro político brasileiro a realização de eleições para presidentes, vereadores e Prefeitos, em 88. Acho que é a fórmula mais simples, a mais prática e objetiva, além de atender, o que é mais importante, aos interesses do País — disse o parlamentar pernambucano. Para ele, as previsões otimistas que vêm sendo feitas com vistas à aprovação de um mandato de cinco anos para Sarney não passam "de um filme que já vimos na Comissão de Sistematização, quando muitos asseguravam que passaríamos os 5 com uma margem de 14 votos e acabou prevalecendo os quatro, numa espetacular demonstração pública de soberania da Comissão".

Joaquim Francisco depois de deixar o Ministério do Interior passou a se constituir num dos mais ferrenhos críticos do atual Governo, acha que o curto recesso que os constituintes tiveram em dezembro irá contribuir muito para a aprovação dos quatro anos, "uma vez que todos os parlamentares sentiram de perto pressões, as mais legítimas, de suas bases, que não querem, como é desejo de toda a Nação, ver Sarney no Planalto por cinco anos".

## Onze emendas são rejeitadas por Ulysses

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não acolheu 11 das 2.045 emendas apresentadas ao projeto de Constituição, por não terem o número necessário de assinaturas, fixado em 200 para as emendas substitutivas, conforme o artigo 1º do regimento interno. Nove são do "rupu dos 32" — uma para cada título do projeto, uma do senador Marco Maciel (PFL-PE) e outra do deputado Messias Soares, (PT-RS, ex-PMDB).

Maciel foi alertado de que sua emenda não seria aceita, mas fez questão de apresentá-la assim mesmo, para assegurar sua publicação. Informada do assunto, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que encabeça as assinaturas do Grupo dos 32, juntamente com o senador José Richa (PMDB-PR), entregou também as nove emendas do grupo, a fim de que elas fossem publicadas. Todas serão publicadas, incluindo a emenda do deputado Messias Soares, mas nenhuma será encaminhada ao relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM), segundo o secretário-geral da mesa da Constituinte, Paulo Afonso de Oliveira.

A emenda de Maciel, que pelas razões expostas não poderá ser apreciada pelo plenário, é uma bem fundamentada proposta, envolvendo uma nova distribuição dos três poderes, de forma a fortalecer o Legislativo e o Judiciário, sem castrar o Executivo. E o que ele batizou de "equipotência dos poderes". A emenda de Soares diz respeito aos índios. E as nove emendas do "rupu dos 32" são substitutivas a cada um dos nove títulos do projeto de Constituição.

### RISCO

Outras emendas coletivas podem ser invalidadas, também por não terem as 200 assinaturas exigidas pelo Regimento. O trabalho de conferência das assina-

turas acusou muitas repetições de nomes de constituintes. A emenda coletiva encabeçada pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), do *Centrão*, teve 26 assinaturas repetidas, mas ainda assim conseguiu totalizar 286 signatários.

Outras propostas, no entanto, deverão ser invalidadas, como é o caso da emenda coletiva patrocinada pelo deputado Sérgio Brito, e que propõe novas normas para a questão de patentes de invenções. Detectadas 16 assinaturas em repetição, o número de assinaturas válidas caiu para 278 — duas a menos que o mínimo exigido. A coletiva cujo primeiro signatário é o deputado Cleonânio Fonseca (PFL-SE) também corre riscos, já que teve quatro repetições e o número oficial baixou para 278. Duas das assinaturas da emenda, no entanto, não foram ainda identificadas, podendo ser ou não válidas.

### IMPRESSÃO

As 2.016 emendas individuais já estão sendo impressas no Centro Gráfico do Senado, e as 29 coletivas deverão seguir hoje para impressão. Depois de amanhã deverá estar sendo distribuído o livro das emendas, com a especificação do número de assinaturas e a confirmação da validade.

O trabalho de conferência está sendo feito em vários locais da Câmara dos Deputados, e foram mobilizados além dos funcionários da Secretaria-Geral, outros da Comissão de Sistematização e da biblioteca da Câmara. As totalizações são feitas pelo menos uma vez e conferidas por seis diferentes funcionários, para evitar erros. A maior dificuldade no processo de conferência é a identificação do signatário, porque as vezes a assinatura é apenas um rabisco. O livro de autógrafos da Mesa tem sido utilizado, mas mesmo assim o trabalho de identificação é às vezes difícil.

## Deputados criticam hostilidades do Rio

O deputado Adyson Motta (PDS-RS) solidarizou-se ontem, durante sessão da Câmara dos Deputados, com o Presidente da República, "e não com a pessoa de José Sarney", pelos acontecimentos ocorridos, quinta-feira, no Rio de Janeiro, durante o casamento da filha do senador Alvaro Pacheco (PFL-PI). "Aqui o que seria a maior honra para um cidadão, ter o Presidente da República, no casamento de sua filha, hoje passou a ser uma ameaça", protestou o deputado.

## Costa Couto acha 'lamentável'

"Lamentável". Foi como o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, classificou, ontem, as manifestações de hostilidade registradas na quinta-feira, no casamento da filha do senador Alvaro Pacheco (PMDB-PI). O Presidente deveria comparecer à solenidade mas desistiu, segundo assessores, para não se expor a um novo desgaste, em consequência do grande aparato de sua segurança.

"Tudo que agride a liberdade não é bom para esse País" acrescentou Costa Couto. Ele negou que o Presidente estivesse pretendendo evitar — por medo — novas visitas ao Rio de Ja-

neiro ou outros estados. "O presidente Sarney não é amigo do medo e já demonstrou isto nestes quase três anos de Governo. Os fatos provam isso. Posso assegurar que sempre que se fizer necessária a presença do Presidente no Rio, ou em qualquer outro estado, ele comparecerá" garantiu Costa Couto.

Logo após, o mesmo deputado afirmou que votará nos quatro anos de mandato presidencial porque hoje, o presidente Sarney é uma pessoa impopular.

Também criticou a manifestação, o deputado Wilson Gibson (PMDB-PE). Ao discordar dos atos de violência praticados contra a pessoa do Presidente da República, o deputado pediu, durante a sessão, que a Câmara dos Deputados censure seus membros que lá se encontravam. Entre os deputados presentes durante o tumulto, no Rio, estava o petista Wladimir Palmeira.

Sob a presidência do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), a Comissão de Fiscalização e Controle já começa a funcionar tendo que enfrentar problemas internos. O constituinte José Serra (PMDB-SP) pediu à liderança do partido seu desligamento definitivo da Comissão por discordar da maneira como foi feita a eleição de Gasparian. Dos 15 votos do PMDB, o presidente eleito

# Cabral aprova teses do *Centrão*

Relator vota contra mas favorece maioria no parecer

GIVALDO RABROSA

Fogaça viu nos textos do *Centrão*, uma engenharia de sutilezas

## Comissão quer limite para País pagar juro

A Comissão de Fiscalização e Controle, instalada esta semana na Câmara dos Deputados, já marcou sua primeira reunião de trabalho para quarta-feira, dia 20, às 10 horas. Na pauta dos temas a serem discutidos pelos integrantes da Comissão, dois assuntos deverão polarizar os debates: dívida externa, proposta pelo deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), e reforma bancária, de autoria do deputado Luis Gushinken (PT-SP).

Os dois temas que serão analisados inicialmente pela Comissão de Fiscalização e Controle — dívida externa e reforma bancária — são também assuntos de emendas apresentadas esta semana ao texto constitucional aprovado pela Sistematização.

Mas, segundo o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), a Assembleia Nacional Constituinte não será empecilho para o funcionamento da Comissão. Garantiu que ela terá autonomia para fiscalizar e controlar atos do Executivo, desde que as propostas levadas à Comissão sejam aprovadas por pelo menos dois terços de seus integrantes.

recebeu nove. Para a vice-presidência foi designado o deputado Benito Gama (PFL-BA).

Quando à proposta da dívida externa, a Comissão deverá discutir um projeto do constituinte Irajá Rodrigues (PMDB-RS) que também será votado no Plenário, propondo a suspensão dos pagamentos do principal e dos juros da dívida por um período de cinco anos. A proposta determina ainda que quaisquer pagamentos a serem efetuados durante esse período não poderão exceder a 20% do total das exportações brasileiras. Esses pagamentos serão efetivados com um objetivo específico: impedir a paralisação do fluxo comercial de empresas privadas ou estatais.

A proposta da reforma bancária, de autoria do deputado Luis Gushinken (PT-SP), conta com o apoio dos sindicatos dos bancários de todo o País. Na opinião desses líderes sindicais, o sistema bancário está sofrendo algumas modificações que poderão inviabilizar todas as conquistas sociais adquiridas pelos empregados nos últimos anos.

Quando à proposta da reforma bancária, a Comissão deverá discutir um projeto do constituinte Irajá Rodrigues (PMDB-RS) que também será votado no Plenário, propondo a suspensão dos pagamentos do principal e dos juros da dívida por um período de cinco anos. A proposta determina ainda que quaisquer pagamentos a serem efetuados durante esse período não poderão exceder a 20% do total das exportações brasileiras. Esses pagamentos serão efetivados com um objetivo específico: impedir a paralisação do fluxo comercial de empresas privadas ou estatais.

De acordo com o deputado Adolfo de Oliveira, a estabilidade já foi um dos temas analisados pelos relatores, mas não chegou a ser fechado. Ficará a cargo do relator Bernardo Cabral articular as negociações em busca do acordo, através da fusão de emendas sobre o mesmo assunto.

As nove emendas coletivas do *Centrão* que conseguiram assinaturas de 200 constituintes, inclusive a que fixa em 5 anos o mandato do presidente José Sarney, terão parecer favorável do relator Bernardo Cabral. "Ainda que minha posição pessoal e meu voto sejam contrários, como no caso da emenda presidencialista, o parecer será favorável", conformou-se Cabral, explicando que não teria sentido dar parecer contrário a propostas que têm o apoio da maioria, mesmo por que elas já têm preferência automática para votação em plenário. Nesses casos os pareceres serão meramente técnicos, mas deles constarão a ressalva de sua posição política. E se neste sentido o relator Bernardo Cabral teve seus poderes limitados mas as novas regras regimentais, entretanto, lhe conferiram nesta fase o papel de negociador. E que o novo regimento possibilita a fusão de emendas semelhantes para aperfeiçoar o texto a ser votado no plenário, sendo necessária a autorização dos autores das propostas. Como os constituintes não têm idéia do teor das 2.045 propostas encaminhadas, caberá ao relator, depois de alcançar uma visão abrangente do pacote de emendas, iniciar o trabalho de articulação política para produzir a fusão das emendas e dos possíveis acordos.

Por enquanto, os relatores adjuntos José Fogaça (PMDB-RS), Adolfo de Oliveira (PL/RJ) e Konder Reis (PDS/SC) estão cuidando da separação das emendas passíveis de fusão, para, em uma próxima etapa dar condições ao relator Bernardo Cabral de procurar os autores das propostas para buscar os acordos. Este recurso, da fusão de propostas semelhantes, poderá ser formalizado até o último minuto que antecederá a votação da matéria em questão, com requerimento encaminhado à Mesa.

### ESTABILIDADE

Uma das questões mais polemizadas pelo *Centrão*, a estabilidade por exemplo, deverá ser resolvida com este recurso. Apesar de o *Centrão* com suas 280 assinaturas sugerir o pagamento de uma indenização progressiva em lugar da estabilidade no emprego, a tendência da equipe dos relatores é resgatar a primeira sugestão sobre o assunto prevista no Cabral I, que prevê a garantia do princípio da Estabilidade na Constituição, remetendo para a Legislação Ordinária o seu disciplinamento.

De acordo com o deputado Adolfo de Oliveira, a estabilidade já foi um dos temas analisados pelos relatores, mas não chegou a ser fechado. Ficará a cargo do relator Bernardo Cabral articular as negociações em busca do acordo, através da fusão de emendas sobre o mesmo assunto.

### RESPONSABILIDADE

Ciente de que esta tarefa exige uma dedicação ainda maior, além do trabalho de analisar separadamente as 2.045 emendas apresentadas, Bernardo Cabral diz que sua responsabilidade nesta fase cresce mais

uma vez que seu parecer já não passará pelo crivo da Comissão de Sistematização, vai direto para o plenário. "Isso é muito sério", diz.

— Estamos fazendo um trabalho bastante intenso para conseguir superar o tempo — garantiu o relator, revelando que estão analisando separadamente e comparando uma média de 300 emendas por dia, chegando a 800 neste segundo dia oficial de trabalho da equipe. O prazo previsto para a divulgação dos pareceres é de 14 a 20 de janeiro, mas ontem a Câmara dos Deputados ainda não tinha remetido oficialmente o pacote de emendas aos relatores. Extra-oficialmente, entretanto, estão estudando as propostas desde a sexta-feira da semana passada.

Até ontem já tinham sido analisadas as emendas referentes ao capítulo da Seguridade Social (que inclui Previdência, Saúde e Assistência Social), Direitos e Garantias Individuais — até partidos políticos — e hoje a pauta prevê a análise do capítulo que abrange a reforma tributária e organização do Estado.

### DIVERGÊNCIAS

Depois de comparar ponto por ponto o texto das emendas do *Centrão* com o Projeto constitucional, o senador José Fogaça revelou que os relatores chegaram à conclusão de que 80% reproduz integralmente, *ipsis literis*, o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, havendo divergência apenas 20% restantes. "Só que nestes 20% o *Centrão* inverteu ideologicamente o que foi aprovado na Sistematização, nas questões mais centrais e estratégicas", desabafou Fogaça, acrescentando que resulta "numa engenharia de sutilezas, com resultados inacreditáveis".

### DEPRESSÃO

— Eu entrei numa extrema depressão quando li todo o texto encaminhado pelo *Centrão* — confessou o senador gaúcho — fiquei um dia inteiro sem conseguir falar com ninguém.

Passado o choque, ele diz que a idéia da equipe de relatores — que garante não ser radical nem de esquerda — é resgatar o que for possível destes 20%, de modo a não desfigurar o Projeto Constitucional, dando parecer favorável às emendas individuais que preservem o texto original.

Entre as emendas do *Centrão* que possuem "divergências cruciais" em relação ao texto da Comissão de Sistematização e a tendência da equipe de relatores, José Fogaça cita o preâmbulo, a diferenciação entre os direitos conferidos aos trabalhadores rurais e urbanos referentes a férias, horas extras em dobro, FGTS e jornada de trabalho; fim da exigência do diploma para jornalistas, garantia de royalties a empresas internacionais como direito intocável e o repouso remunerado preferencialmente aos domingos (excluindo feriados e dias santos); o que pode levar os empregadores a não se sentirem na obrigação de pagar os feriados trabalhados.